

Prefácio

Carlos Guardado da Silva

Como citar: SILVA, Carlos Guardado da. Prefácio. *In:* JORENTE, Maria José Vicentini; PADRÓN, Dunia Llanes; NASCIMENTO, Natália Marinho do; SOUZA, Gabriela de Oliveira (org.). **Contextos Paradigmáticos da Ciência da Informação e as transformações em suas práticas**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p. 15-30. DOI: <https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-650-3.p15-30>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

PREFÁCIO

Maria José Vicentini Jorente, Dunia Llanes Padrón, Natália Marinho do Nascimento e Gabriela de Oliveira Souza são as editoras do livro *Contextos paradigmáticos da Ciência da Informação e as transformações em suas práticas*, editado por Oficina Universitária e Cultura Acadêmica, por si apresentado no capítulo 1. Um livro de 350 páginas, desenvolvido em 10 capítulos, assinados a título individual ou escritos em coautoria, com uma Lista de figuras e uma Lista de siglas, ambos por capítulo, após o Sumário. Nas últimas 14 páginas do livro, encontram-se (breves) “Biografias dos Autores”, com os respectivos *links* para as plataformas do sistema de currículos Lattes e/ou Orcid (*Open Researcher and Contributor ID*).

O primeiro capítulo, cujo título dá nome ao livro no seu todo, “Contextos paradigmáticos da Ciência da Informação e as transformações em suas práticas” (p. 39-66), que visa apresentar as problemáticas e algumas sugestões de soluções e de trabalho, é da autoria de Maria José Vicentini Jorente, Dunia Llanes Padrón, Natália Marinho do Nascimento e Gabriela de Oliveira Souza, que partilham a autoria da edição. Desde logo, este título, quase todo ele escrito com termos grafados na forma do plural, reflete o cada vez mais alargado campo da Ciência da Informação, os distintos paradigmas que têm suportado a(s) comunidade(s) de cientista(s), objeto de discussão teórica, bem como as comunidades de prática(s), que atuam na área científica, bem como nas subáreas aplicadas, designadamente da Arquivística, da Biblioteconomia, da Documentação e da Museologia,

entre outras. Um título que situa, na atualidade, o campo da informação, que também se alarga em termos multi e interdisciplinar, tão lato quanto o conceito de informação, ou seja, no âmbito das “ciências dedicadas ao estudo da informação”. Um livro que sublinha, como reconhecem todos quantos atuam na área da Ciência da Informação, o papel facilitador e, sobretudo, transformador das Tecnologias da Informação e Comunicação no acesso e na partilha de informação tendo como foco o indivíduo e as comunidades de interesse, mas nem sempre no sentido da oferta de informação íntegra, fidedigna e autêntica, e de mais e melhor conhecimento, onde, inclusive, se põe em causa o lugar do autor/criador, e por que não dizer a autoria, o *copyright* e os direitos de autor.

No capítulo 1, as autoras convidam-nos a percorrer consigo o percurso da Ciência da Informação e, pela voz de Capurro e Hjørland (2007), a partir do paradigma positivista para as acompanharmos do conceito tradicional de informação documentada/registada ao conceito de informação como conexão e, por vezes, representação da realidade, proposto por Harari (2024). São transformações epistemológicas e práticas, decorrentes da sucessão e coexistência de distintos contextos paradigmáticos, a que não são alheios os desafios que a Sociedade da Informação coloca de um modo geral à Ciência, e em particular à Ciência da Informação, objeto de uma invenção contínua da sua identidade. Outras designações para os paradigmas da Ciência da Informação são trazidas, entre outros, por Silva e Ribeiro (2020), reforçando a ideia de transição paradigmática, como se os paradigmas se sucedessem e não coexistissem, como acontece.

Com o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação, hoje, como não se verificou antes, exige-se um reforço da dimensão ética e deontológica dos cientistas da informação, mas também dos profissionais da informação. A estes, dados os desafios atuais e futuros impostos pela Sociedade Digital, exige-se-lhe um reforço das suas competências digitais, bem como uma resposta por parte da oferta formativa, designadamente na (re)definição dos *curricula* da indústria da informação referida em Tramullas Saz (2021) que respondam às estratégias nacionais e europeias da transição/transformação digital, termo renovado para ‘desmaterialização digital’ ou digitalização da sociedade já presente em docu-

mentos normativos na década de 90, quer na União Europeia, quer em distintos Estados-Membros, porém sob outra designação. Ao usar o termo indústria da informação, certamente por influência das Tecnologias da Informação e Comunicação, Tramullas Saz (2021) aproxima o vasto campo da informação dos *campi* das indústrias culturais e criativas.

No capítulo 2, “A formação curricular em arquivamento eletrônico: proposta para o Espaço Europeu de Educação Superior (EEES)” (p. 68-99), de María Manuela Moro-Cabero e Kevin Francisco León Gavilánez, os autores apresentam uma proposta formativa em arquivamento eletrônico para o Espaço Europeu de Ensino Superior, a partir do e-ARK da Comissão Europeia, e tendo por base, como não poderia deixar de ser, referenciais de competências (digitais), tão úteis às entidades formadoras, aos formandos, bem como às entidades empregadoras.

Os autores acrescentam, face à proposta de evolução paradigmática (três paradigmas) de Steve Bailey (2008), um quarto paradigma definido por Moro-Cabero (2021), ampliado pelo uso de Tecnologias da Informação e Comunicação mais recentes (*Web 4.0*) para a produção, a comunicação e a reutilização de documentos. São paradigmas sobretudo sobre a gestão de documentos, em que se sobrevaloriza o termo ‘documento’, registado sete vezes, face ao de ‘informação’ com quatro referências (p. 73-74). Não são paradigmas sobre a Ciência da Informação, como incidem os paradigmas de Capurro (2007) e Silva e Ribeiro (2020), apesar da gestão de documentos, epistemologicamente melhor designada por Gestão da Informação, ser por nós considerado subcampo da Ciência da Informação. Quando do comentário a este capítulo, as editoras do livro comparam, no capítulo 1, os paradigmas apresentados por Steve Bailey (2008) e Silva e Ribeiro (2020) (p. 27), procurando uma correspondência entre si, quando, parece-nos, os paradigmas de Bailey, entendendo-se aqui paradigma como um modo distinto de fazer técnica/ciência (Kuhn, 2021), incidem sobre a evolução tecnológica e a sua influência transformadora na ‘gestão de documentos’ nos arquivos, paradigmas técnicos distintos dos paradigmas da Ciência da Informação quanto a um modo distinto de fazer ciência ou que caracterize a evolução da disciplina de natureza marcadamente tecnicista para um estatuto científico. Ou seja, numa comparação possível, é mais fácil identificar

os paradigmas de Silva e Ribeiro (2020), anteriormente reduzidos a dois, com os três paradigmas de Capurro (2007) - físico, cognitivo e social – que, certamente por influência daquele, bem como da evolução social e da área científica, procuraram revisitar. Por outro lado, será possível uma identificação mais estreita entre os paradigmas da gestão de documentos de Steve Bailey (2008) com os paradigmas da arquivística de Theo Thomassen (1999): fase pré-paradigmática (séc. XIX, até 1898); Fase de paradigma clássico ou moderno (séc. XX); paradigma pós-moderno ou pós-custodial (séc. XXI), marcado pela revolução das Tecnologias da Informação e Comunicação. Todavia, mesmo procurando-se a comparação entre estas duas propostas, os paradigmas de Steve Bailey caberiam todos dentro dos paradigmas clássico ou moderno e pós-custodial de Theo Thomassen.

Voltemos à proposta das autoras para um a definição de um *curriculum* para a arquivística em ambiente digital, isto é, suportado em competências digitais destinado à formação de arquivistas, os gestores de informação na Sociedade da Informação Digital. Reconhece-se na proposta a ideia-chave de que as pessoas são o centro da qualidade, como defendera Claus Møller (2004), devendo por isso apostar-se na sua formação, desejavelmente assente em referenciais de competências. Assim, ao invés do que se observa, de que são exemplos os trabalhadores da Administração Pública em Portugal, impõe-se a mudança de um paradigma de gestão de recursos humanos centrado nas funções para o enfoque nas competências-chave (*core competences*). Existindo um referencial de competências, tal implica: a Identificação do portfólio de competências-chave transversais e específicas, partindo da estratégia da organização; a definição operacional do portfólio de competências-chave; a definição dos perfis individuais de competências requeridas; e ligações e alinhamentos nas políticas e sistemas de gestão de recursos humanos (Ceitil, 2006, p. 132-133). Deste modo, seguindo uma abordagem sistémica, seria possível formar, recrutar e selecionar, avaliar e gerir as carreiras dos arquivistas por competências ao invés da adoção de modelos (de gestão e avaliação) assentes na definição de objetivos, que servem a gestão de instituições e unidades orgânicas, bem como de projetos, mas não a gestão de recursos humanos. Por outro lado, considerando que, em termos internacionais, a Ciência da Informação tende a integrar a

Arquivística na sua área científica, talvez a proposta formativa de arquivamento eletrônico para arquivistas devesse avançar no sentido da definição de um *curriculum* formativo de referência no âmbito dos Sistemas Digitais de Informação, com orientação GLAM/M, colocando o enfoque do digital nos sistemas e não na informação.

Se não há dúvidas quanto à necessária definição de um referencial de competências para a gestão da informação em contexto digital, menos ainda para a gestão e o (re)uso de dados no âmbito da Ciência Aberta, exigente de competências no âmbito quer da literacia de dados quer da literacia digital. Esta abordagem é-nos oferecida no capítulo 3, “Proposta de cenários formativos de alfabetização em dados no contexto das Ciências da Informação” (p. 101-128), grafando-se aqui a área científica no plural, por Yolanda Martín-González e Crispulo Travieso-Rodríguez. Na verdade, enquanto María Manuela Moro-Cabero e Kevin Francisco León Gavilánez nos propõem uma formação curricular para os arquivistas que atuam em ambiente digital, Yolanda Martín-González e Crispulo Travieso-Rodríguez apresentam uma proposta formativa em literacia de dados para bibliotecários, sendo certo que também estes atuam no ambiente digital. Todavia, partem da constatação de que os cursos de Ciência da Informação em Espanha adotam ainda com frequência na sua designação os termos Informação e Documentação, independentemente da maior ou menor presença do digital em unidades curriculares ou em conteúdos de unidades curriculares. Estes autores notaram a emergência do digital em algumas designações, assim como de disciplinas como *Business intelligence*, Repositórios e Preservação digital, Literacia digital, ou, como se oferece em alguns *curricula* em Portugal, *e-Business*, Repositórios digitais, Projetos digitais, Transformação digital, Curadoria digital. Por outro lado, cresce a Gestão/Curadoria de dados, a visualização de dados, *Data Governance*, a especialização do Bibliotecário de dados (formação sobretudo *on job*) por influência do movimento da Ciência Aberta, exigindo-se a (re)definição de novos *curricula* formativos e, naturalmente, novas subáreas na Ciência da Informação, de que são exemplos a Literacia de dados, atestada em novas unidades curriculares de cursos da área científica em Espanha (e não só) como Ciência de Dados, *Big Data*, Dados Abertos, Mineração

de Dados, como bem notado pelas autoras do capítulo 1, que comentam aqui os distintos estudos. A estas podemos acrescentar, a título de exemplo, Repositórios Digitais, Inteligência Artificial, Gestão de dados de Ciência, Comunicação da Ciência, Visualização de dados, mas também Estudos críticos de Informação e Cultura, Culturas da desinformação, Cultura Científica, e Media e Gestão Cultural, que permitem uma melhor percepção do paradigma social, ou socio-crítico, se não individualizarmos ainda um paradigma crítico, ou, o paradigma de transição político-ideológico e sociocultural, assim designado por Silva e Ribeiro (2020), na Ciência da Informação, mas que inclui o paradigma social de Capurro, bem como um paradigma crítico emergente. Naturalmente, numa unidade curricular de Repositórios digitais, os dados assumem algum protagonismo. Assumindo-se a Literacia de dados como crítica, ela terá de emergir em diálogo com a Literacia digital, reforçando os conteúdos das Tecnologias da Informação e Comunicação nos *curricula* formativos dos profissionais da informação, que tendem a distanciar-se da formação e da designação tradicional de arquivistas ou bibliotecários para se aproximarem da designação de gestores da informação, com uma formação sólida em Ciência da Informação capaz de responder aos desafios da transição digital numa sociedade que se afirma como digital, mas que faz ainda o seu percurso para que efetivamente o seja. Um Ciência da Informação que, querendo ser social e humanista, se aproxime em termos de alguns conteúdos, da Ciência da Informação com uma matiz mais tecnológica, desenvolvida no contexto anglo-saxónico (Silva, 2024).

No capítulo 4, “Documentos Públicos Digitais em Blockchain: Fortalecendo a Responsabilidade Democrática” (p. 130-153), de Danielle Alves Batista e Victoria L. Lemieux, as autoras discutem o papel das Tecnologias da Informação e Comunicação no acesso à informação no longo prazo, aos documentos digitais públicos em *Blockchain* como garantia da sua fidedignidade, autenticidade, confiabilidade, integridade e imutabilidade, e sobretudo o facto de a sua preservação com estes requisitos oferecer mais condições para o escrutínio da responsabilização e da prestação de constas dos titulares dos cargos de gestão, dependente do acesso à informação e, consequentemente, da transparência (passiva e

ativa) dos organismos da administração pública com vista à integridade pública (Fabem, Rodrigues, Silva, 2024). Este capítulo constitui-se como um estudo sobre o reforço da responsabilização democrática, suportado na tecnologia *Blockchain*, hoje mais abordado no âmbito das Políticas de Integridade Pública, na sequência da *Recomendação do Conselho da OCDE sobre Integridade Pública* (OCDE, 2017). Também a constatação de que a o gestor da informação gere informação, e que o exercício de direitos de cidadania depende do modo como se gere, usa e preserva essa informação. Pois, o acesso à informação e a transparência já não são, hoje, suficientes, exigindo-se uma atitude ética comprometida com o serviço público, os cidadãos e as comunidades, sujeitando os interesses privados ao interesse público. Assim se afirma, como qualidade e princípio ético, a integridade pública. Contudo, estando esta dependente do acesso à informação e da transparência, compreende-se a sua dependência da gestão de informação, sendo também o arquivo um lugar para a sua promoção, bem como da confiabilidade na administração pública e de reforço das democracias.

Todavia, de muito mais precisa uma administração pública para a gestão eficaz e eficiente da informação que produz, contribuindo de modo fulcral para isso as operações de classificação e avaliação promotoras da interoperabilidade semântica e organizacional numa perspetiva supra-institucional e transversal a todos os organismos da administração pública, independentemente da sua escala. Porém, essas operações devem ser entendidas de modo holístico, sistémico, isto é, em todo o ciclo de vida da informação, independentemente do modelo de gestão em uso. Este é o tema central do capítulo 5, “A caminho de uma gestão eficaz no contexto de avaliação e classificação da informação de arquivo na Administração Pública Portuguesa” (p. 155-197), de Isabel Cristina Guerra Correia Rostami e Maria Cristina Vieira de Freitas, tendo esta participado no projeto que conduziu à definição de uma Macroestrutura Funcional e de uma Lista Consolidada de Processos de Negócio para toda a Administração Pública em Portugal, central, regional e local.

A classificação serve a Organização e a Representação da Informação tendo em vista a recuperação da informação, ou seja, contribui para a promoção do acesso à informação. Porém, tem também um importante papel

de gestão, uma vez que é através da notação que, para além da definição de perfis de gestão e acesso, se criam fluxos de informação, sugerem os processos de negócio em todo o ciclo de vida, incluindo as operações de avaliação, seleção e eliminação quando as distintas materializações dos processos de negócio não são alvo de preservação no longo prazo. Por sua vez, e a título de exemplo, a avaliação da informação definida pelo novo paradigma de gestão da informação da administração pública em Portugal responsabiliza o dono do processo de negócio na preservação da informação, permitindo, regra geral, aos demais participantes no processo de negócio eliminar redundâncias de dados que não acrescentam informação.

Todavia, a abordagem funcional é muito anterior à norma ISO 15489-1: 2001, assim como ao contributo da norma UNE ISO TR/26122: 2008. Quando R. Schellenberg (1956) formulou um conjunto de princípios para a classificação dos documentos norte-americanos, apoiou-se na análise funcional, criando uma estrutura hierárquica de funções, ações e transações. Considerou *the action* (a função) como o primeiro e mais relevante critério para a criação de documentos, uma vez que a maioria dos documentos públicos é o resultado de uma ação, ou seja, de uma função, pelo que devem ser classificados como tal (Schellenberg, 1956). A ideia já não era original, encontrando-se em E. Campbell (1941) no contexto dos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos (Silva, 2016). No entanto, apenas na década de 80 do século XX assistimos às primeiras tentativas de classificação funcional em sistemas de classificação desenvolvidos para promover a interoperabilidade, no âmbito do *Administrative records classification system* (ARCS) e do *Operational records classification system* (ORCS), nas províncias canadianas da British Columbia e da Nova Scotia, respetivamente. Mantendo os principais objetivos da classificação da informação, independentemente de serem sistemas de classificação hierárquicos ou enumerativos e multifacetados, os sistemas trouxeram alguns benefícios, como a relação entre a classificação e a avaliação e a retenção, ao nível mais baixo do plano de classificação, com a indicação dos prazos de retenção administrativa e do destino final, de modo a favorecer a gestão do ciclo de vida completo da informação. No final dos anos 90, os antigos Arquivos Nacionais do Canadá iniciaram um novo projeto que visava rever o sistema

de classificação da informação com base numa metodologia de avaliação funcional, conhecida como Macroavaliação, que levou à criação do sistema de classificação da *Business activity structure classification classification system* (BASCS). Como consequência, a informação passaria a ser organizada de acordo com a estrutura da atividade (mencionada no acrónimo BASCS), uma estrutura funcional concebida como um princípio de ordem original através da decomposição de funções e atividades, hierárquica e sequencialmente, até ao nível das transações que geram processos informacionais (Foscarini, 2010). Efetivamente, estamos convencidos de que os novos planos de classificação em implementação e uso na administração pública portuguesa, elaborados conforme à Macroestrutura Funcional e concebidos a partir da Lista Consolidada de processos de negócio, abrem caminho à promoção de um novo paradigma na gestão da informação (da administração pública) em Portugal, bem como são efetivamente instrumentos de modernização administrativa e de gestão da qualidade das instituições.

No capítulo 6, “O autor é o indexador? A prática da indexação na perspectiva das transformações da comunicação científica em ciência aberta” (p. 199-228), Mariângela Spotti Lopes Fujita debruça-se sobre a operação da indexação realizada pelo próprio autor, que hoje se verifica, quer no âmbito da ciência aberta e da ciência cidadã, quer em contextos distintos. Esta situação decorre do autoarquivamento e do autodepósito, que implicam uma não (inter)mediação de editores e gestores de bases de dados, abrindo o caminho a um novo paradigma no modo de editar e comunicar em Ciência, em que o autor se firma também como mediador entre o(s) seu(s) texto(s) e os leitores ou utilizadores dos sistemas tecnológicos de informação, assumindo simultaneamente a função, parcial ou total, de editor. Neste contexto, o autor do texto a publicar assume o papel mediador atribuído tradicionalmente aos profissionais da informação ao produzir os resumos e as palavras-chave, metainformação descritiva (de representação e recuperação da informação), indispensável para promover o acesso à informação, como é hábito em plataformas de revistas científicas, nos *papers* para encontros científicos, bem como nos repositórios científicos/institucionais, em que assumem destaque as dissertações de mestrado e as teses de doutoramento. Alteraram-se os modos, os suportes e os meios

de publicação, e, com o movimento do *open access*, a ciência aberta contribui para a emergência de um novo paradigma na forma de comunicar ciência, anulando-se o papel, inclusive de filtro, do editor, em que o autor assume o papel de editor na mediação entre a publicação e a divulgação, bem como na representação da informação para promover o seu acesso, assumindo-se, tendo ou não formação, como indexador. Por outras palavras, o autor é também o editor (*e-publisher*) e o indexador das suas publicações, cabendo em ambiente eletrónico o papel de mediação partilhado com os repositórios científicos e as bases de dados, juntando-se aqui os editores das revistas, porém não retirando aqueles papéis ao autor.

No capítulo 7, “Pensamento complexo e a Ciência da Informação” (p. 230-253), Mariana Rodrigues Gomes de Mello e Marta Lígia Pomim Valentim, na senda de Edgar Morin, abrem a porta à complexidade dos sistemas, bem como à inter e à transdisciplinaridade, que bem definem a Ciência da Informação e o modo como este autor e a *Carta da transdisciplinaridade* (Freitas; Morin; Nicolescu, 1994), também por si escrita e assinada, são referência para este campo do conhecimento. A abordagem sistémica, holística, totalizante tem sido a preferencial na abordagem no planeamento, no desenvolvimento e na avaliação dos sistemas de informação, enquanto sistemas sociais abertos, vivos, isto é, necessariamente alimentados do exterior (Morin, 2017). Se na base está a influência da Teoria Geral dos Sistemas, de Ludwig von Bertalanffy (2013), a introdução da ‘complexidade’ nos sistemas é um contributo de Edgar Morin. Esta abordagem introduz um novo paradigma na relação entre a Ciência da Informação e Arquivística, a Biblioteconomia e a Museologia, permitindo à primeira analisar fenómenos que estão fora e além destas disciplinas práticas, fazendo emergir do seu confronto um novo olhar da natureza e da realidade, um olhar informacional (Araújo, 2013), paradigmático, sobre processos histórica e culturalmente construídos (Silva, 2024). Pois, a mudança de paradigma impõe um novo modo de olhar, percecionando-se um mundo diferente e, conseqüentemente, observando-se fenómenos distintos (Kuhn, 2021). Assim, afirma-se e amplia-se o objeto de estudo da ciência da informação, a informação, seja enquanto processo, seja enquanto produto, e esbate-se o ‘culto’ do suporte (Cornelsen, 2013).

No capítulo 8, “Macrobibliotecas: a contemporaneidade das bibliotecas” (p. 255-280), Rafaela Carolina da Silva e Rosângela Formentini Caldas propõem-nos um novo conceito de biblioteca a partir da sua natureza híbrida (Sutton, 1996), assim como tem sido procurado sobretudo para os contextos das Bibliotecas Públicas e das Bibliotecas Escolares, desde a segunda metade da década de 90 do século XX, mas também para o contexto das Bibliotecas Acadêmicas/do Ensino Superior, mais recentemente. Todavia, o termo biblioteca híbrida ficou, desde sempre e maioritariamente, preso ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação e à diversidade dos suportes das coleções. Por outro lado, em termos das comunidades locais, o termo biblioteca híbrida não parece melhor responder e permitir suplantarmos o de Biblioteca Pública, bem como, é certo em contexto distinto, o de Biblioteca Comunitária. A proposta do conceito de Macrobiblioteca, sendo instigante, procura responder à amplitude de uma multiplicidade de fatores – gestão, missão, objetivos, coleções, suportes, utilizadores, serviços, produtos, natureza do financiamento, mas, *per se*, não contribui para definição da identidade da Biblioteca. Outras classificações foram propostas como a de ‘biblioteca fluída’ ou ‘biblioteca ramificada’ (Giurgevich; Leitão, 2016) para bibliotecas que, independentemente de terem um espaço próprio, se multiplicam por outros espaços, interligados entre si, sublinhando respetivamente a circulação do livro e a sua desconcentração. Assim acontece com inúmeras bibliotecas de comunidades religiosas, como assim podemos olhar distintas Bibliotecas Públicas e do Ensino Superior com uma distribuição espacial, em que a coleção e os serviços se distribuem por distintos lugares, físicos e virtuais, e os utilizadores acedem à biblioteca a partir dos diversos lugares físicos, mas também através da *Web*. Assim acontece também quando se pretende estender uma biblioteca escolar a toda a Escola ou ao Agrupamento de Escolas. Assim acontece, ainda, quando se procura estender a Biblioteca Pública a toda a cidade ou a todo o território municipal.

No capítulo 9, “Estratégias Inovadoras para as Assessorias Jurídicas do Distrito Federal sob a égide da Ciência da Informação” (p. 282-299), Natália Nakano, Rosilene Paiva Marinho de Sousa e Milton Shintaku discutem a inovação impulsionada pelo ato legislativo como fator de desenvol-

vimento económico e social. Sendo um princípio da gestão da Qualidade, a inovação – ao nível de processos, serviços e produtos - deve ser olhada a par da melhoria contínua (Leitão, 2018), visando a gestão da mudança organizacional, social, paradigmática. Naturalmente, também se aplica à modernização administrativa da Administração Pública, ao *e-Government* e à implantação de *e-services* (Cardoso, 2018) com vista à transição para uma sociedade digital.

As autoras colocam a inovação no lugar certo, isto é, no âmbito das políticas públicas, que, sendo muitas vezes iniciadas com a publicação de nova legislação, não se reduzem às leis. Pois as políticas públicas exigem o seu desenvolvimento em programas e a sua materialização em projetos, executados, com a afetação dos respetivos recursos materiais (incluindo os equipamentos e as tecnologias), financeiros e humanos. Por outro lado, a sua implantação implica uma abordagem sistémica, estando cada uma das partes sujeita ao todo, um modo de ver tão caro à Ciência da Informação. Não se confundindo o sistema de informação com o sistema tecnológico de informação, as melhorias introduzidas neste refletem-se nos resultados daquele, bem como em eventuais impactos sociais.

No capítulo 10, “Transformações nas interfaces de interação de projetos colaborativos de *e-ciência* de acordo com as atualizações de convergências entre o *Design* da Informação e a Curadoria Digital na *Web*” (p. 301-334), Gabriela de Oliveira Souza e Maria José Vicentini Jorente discutem os papéis do *Design* da Informação e da Curadoria Digital na construção de ambientes digitais colaborativos, tendo por base diversos projetos no âmbito da literacia científica destinados a crianças e jovens. Enquanto o *Design* da Informação permite pensar, planear e projetar soluções de apresentação da informação com o intuito de proporcionar uma comunicação eficaz entre sistemas de informação e consumidores de informação, a Curadoria Digital pressupõe um alargamento na participação às distintas comunidades de interesse com vista à obtenção de respostas úteis para a solução de problemas identificados.

Estes são os estudos trazidos pelas mãos de vinte investigadores – professores, tecnólogos e bibliotecários – que desenvolvem a sua atividades maioritariamente em distintas universidades de Brasil (12), Espanha (5),

Portugal (2) e Canadá (1). Estudos que as editoras do presente livro, no capítulo 1, enquadram no âmbito do paradigma “político-ideológico e socio-cultural” de Silva e Ribeiro (2020), mas que se entrevê, utilizando a classificação dos paradigmas na Ciência da Informação dos mesmos autores, a presença dos paradigmas custodial, historicista e tecnicista, pós-custodial e informacional e científico, e político-ideológico e sociocultural. Todavia, é também possível identificar a interconexão dos distintos paradigmas epistemológicos da CI, inclusive numa mesma investigação.

Um livro que contribui para consolidar o entendimento epistemológico da Ciência da Informação, em que esta aparece sob diferentes entendimentos, grafada no singular quer no plural, ainda que tendendo a afirmar-se aqui, como internacionalmente, no singular, mesmo quando se reconhece o seu uso quer na forma do plural em determinados contextos, sobretudo em alguns dos países da América Latina espanhola.

Em suma, este é um livro que aborda distintos paradigmas de gestão da informação, de comunicação da informação e de ciência da informação, com uma tendência em afirmar os dados e a informação face ao documento, em afirmar a Ciência da Informação relativamente às disciplinas aplicadas, com uma crescente preocupação de reforço científico da área, e com uma tendência, não sem resistências e fatores contrários, para o acesso aberto. Um livro que incita a diálogos, em distintos contextos, provocando-os e convocando-nos para modos distintos de ver, agir, fazer, investigar e comunicar, que definem novos paradigmas técnicos e científicos no campo da Ciência da Informação.

Carlos Guardado da SILVA

*Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Clássicos
carlosguardado@edu.ulisboa.pt*

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Arquivos, bibliotecas e museus: apontamentos para um possível modelo curricular de convergência. *In*: DUARTE, Zeny (org.). **Arquivos, bibliotecas e museus: realidades de Portugal e Brasil**. Bahia: EDUFBA, 2013. p. 259-298. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/16811>. Acesso em: 14 jun. 2025.
- BAILEY, Steve. **Managing the crowd: rethinking records management for the web 2.0 world**. Londres: Facet, 2008.
- BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria geral dos sistemas: fundamentos, desenvolvimento, aplicações**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- CAMPBELL, E. G. Functional classification of archival material. **The Library Quarterly**, [s. l.], v. 11, n. 4, p. 431-441, Oct. 1941.
- CAPURRO, Rafael. Epistemología y ciencia de la información. **Enl@ce: revista venezolana de información, tecnología y conocimiento**, v. 4, n. 1, p. 11-29, enero/abril 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/823/82340102.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2025.
- CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22360>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- CARDOSO, Júlio. **Da reforma administrativa ao e-government: e-services nos municípios do Oeste**. Lisboa: Edições Colibri, 2018.
- CEITIL, Mário (org.). **Gestão e desenvolvimento de competências**. Lisboa: Sílabo, 2006.
- CORNELSEN, Julce Mary. O arquivo público e a transição paradigmática na sociedade da informação: a entrada do digital em instituições custodiais. *In*: ENCONTRO IBÉRICO EDICIC, 6., 2013, Porto. **Atas [...]**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; CETAC.MEDIA, 2013. p. 774-796. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/22706/>. Acesso em: 16 jun. 2025.
- FABEN, Alexandre; RODRIGUES, Ana Célia; SILVA, Carlos Guardado. Gestão de documentos e integridade pública: caminhos para o desenvolvimento sustentável. *In*: SILVA, Carlos Guardado da; REVEZ, Jorge; CORUJO, Luís (coord.). **Diálogos na ciência da informação: atas do XIV Encontro EDICIC**. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos; Colibri; EDICIC, 2024. p. 1057-1068. DOI: 10.51427/10451/64777.
- FREITAS, Lima de; MORIN, Edgar; NICOLESCU, Basarab. **Carta da transdisciplinaridade**. Convento da Arrábida, Portugal, 2-6 nov. 1994. Disponível em: <http://caosmose.net/candido/unisinos/textos/textos/carta.pdf>. Acesso em: 5 set. 2025.

- FOSCARINI, Fiorella. La clasificación de documentos basada en funciones: comparación de la teoría y la práctica. **Tabula**, Salamanca, v. 13, p. 41-57, 2010.
- GIURGEVICH, Luana; LEITÃO, Henrique. **Clavis Bibliothecarum**: catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834. Moscavide: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016.
- HARARI, Yuval Noah. **Nexus**: uma breve história das redes de informação, da idade da pedra à inteligência artificial. Lisboa: Elsinore, 2024.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Lisboa: Guerra & Paz, 2021.
- LEITÃO, J. F. **Modernização administrativa e gestão da qualidade**. Lisboa: Edições Colibri, 2018.
- MØLLER, C. **Calidad personal**: la base de todas las demás calidades. Barcelona: Gestión 2000, 2004.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 6. ed. Lisboa: Edições Piaget, 2017.
- MORO-CABERO, Manuela. Datos y archivos: retos para una profesión agitada por la transformación digital. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 1-23, set./dez. 2021. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1735>. Acesso em: 14 jun. 2025.
- ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Recomendação do conselho da OCDE sobre integridade pública**. Paris: OECD Publishing, 2017. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/69726>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- SCHELLENBERG, T. R. **Modern archives**: principles and techniques. Chicago: University of Chicago Press, 1956.
- SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. Ciência da informação trans e interdisciplinar: para a superação de equívocos... . In: MARQUES, Maria Beatriz; GOMES, Liliana Esteves (coord.). **Ciência da informação**: visões e tendências. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020. p. 33-58. Disponível em: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1896-8>. Acesso em: 13 jun. 2025.
- SILVA, Carlos Guardado da. Da inter à transdisciplinaridade: uma proposta de formação integrada para arquivistas, bibliotecários e museólogos. In: DUARTE, Zeny; SANTOS, José Carlos Sales dos; SOUZA, Salim Silva (org.). **Diálogos interdisciplinares**: perspectivas integradoras de unidades de informação, documentação e cultura. Fortaleza: Cultura & Informação; Porto: FLUP/CITCEM, 2024. p. 17-38. DOI: 10.5281/zenodo.10621173.

SILVA, Carlos Guardado da. Knowledge organization in portuguese public administration: from the functional classification plan to the creation of an ontology from the Semantic Web's perspective'. In: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MILANI, Suellen Oliveira; DODEBEI, Vera (ed.). **Knowledge organization for a sustainable world: challenges and perspectives for cultural, scientific and technological sharing in a connected society: proceedings of the Fourteenth International ISKO Conference 27-29 september 2016, Rio de Janeiro, Brazil**. Würzburg: Ergon Verlag, 2016. p. 290-299. (Advances in Knowledge Organization, 15). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/30019>. Acesso em: 14 jun. 2025.

SUTTON, Stuart A. Future service models and the convergence of functions: the reference librarian as technician, author and consultant. In: LOW, Kathleen (ed.). **The roles of reference librarians, today and tomorrow**. New York: London: Haworth Press, 1996. p. 125-143.

TRAMULLAS SAZ, Jesús (coord.). **Reinventando el grado en información y documentación: estrategias de mejora curricular**: estrategias de mejora curricular. Zaragoza: Universidad de Zaragoza Repository, 2021. Disponível em: <https://zaguan.unizar.es/record/123549>. Acesso em: 14 jun. 2025.

THOMASSEN, T. The development of archival science and its european dimension. **Zagrebačko arhivističko društvo**. Stockholm, 1999. Disponível em: <http://z-a-d.net/the-development-of-archival-science-and-its-european-dimension/>. Acesso em: 14 jun. 2025.